



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**HABEAS CORPUS Nº 681134 - SP (2021/0224816-1)**

**RELATOR** : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ  
**IMPETRANTE** : FERNANDO COIMBRA MAESTRELLO  
**ADVOGADO** : FERNANDO COIMBRA MAESTRELLO - SP367656  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : DIEGO HENRIQUE DE AGUIAR (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de DIEGO HENRIQUE DE AGUIAR em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (HC n. 2140948-26.2021.8.26.0000).

O paciente foi autuado no dia 18/9/2020 por policiais militares após ter supostamente tentado agredir e ameçar sua companheira, sendo conduzido ao distrito policial. Na oportunidade, após manifestação da defesa e do Ministério Público, foi concedida a liberdade provisória em favor do réu, independentemente do pagamento de fiança. Além disso, foram concedidas as medidas protetivas de urgência a fim de salvaguardar a vítima e evitar novas ocorrências. Embora o paciente tenha sido devidamente intimado acerca das medidas impostas e advertido que em caso de descumprimento poderia ser decretada a sua prisão, no dia seguinte à sua intimação e soltura, ele descumpriu as medidas protetivas. O paciente foi preso preventivamente e teve sua liberdade provisória negada quando do recebimento da denúncia.

Sustenta o impetrante que o paciente é uma pessoa doente, que sofre de transtorno mental e comportamental, além de possuir síndrome do pânico. Ainda assim, em nenhum momento atrapalhou o bom andamento de toda a ocorrência ou o trabalho dos profissionais envolvidos, assim como não resistiu a prisão. Destaca que foram feitas apenas ameaças verbais e não físicas, conforme depoimentos da suposta vítima, a qual disse ter sido ela que se lesionou com a faca, ou seja, não foi o paciente que a agrediu e a lesão foi leve.

Juntou decisão monocrática de indeferimento de liminar em *habeas corpus* proposto perante o Tribunal de origem (fls. 463-464).

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem para libertar o paciente.

É, no essencial, o relatório. Decido.

A matéria não pode ser apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça, pois não foi examinada pelo Tribunal de origem, que ainda não julgou o mérito do *writ* originário.

A jurisprudência do STJ firmou-se no sentido de que não cabe *habeas corpus* contra indeferimento de pedido de liminar em outro *writ*, salvo no caso de flagrante ilegalidade, conforme demonstra o seguinte precedente:

AGRAVO REGIMENTAL NO *HABEAS CORPUS*. EXECUÇÃO PENAL. CUMPRIMENTO DE PENA EM PRISÃO DOMICILIAR. RECOMENDAÇÃO 62/2020 DO CNJ. COVID-19. GRUPO DE RISCO. CRIME VIOLENTO. CONDIÇÃO DE SAÚDE. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE POSSIBILIDADE DE AGRAVAMENTO. RECÁLCULO DA PENA. INOVAÇÃO RECURSAL. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. ILEGALIDADE. AUSÊNCIA. AGRAVO IMPROVIDO.

[...]

3. A matéria relativa ao recálculo da pena para fins de progressão de regime, além de representar indevida inovação recursal, não foi objeto de análise pelo Tribunal de origem, motivo pelo qual esse ponto não poderá ser conhecido por esta Corte Superior, sob pena de indevida supressão de instância.

4. Agravo regimental improvido. (AgRg no HC n. 579.110/SP, relator Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, DJe de 14/9/2020.)

Confira-se também a Súmula n. 691 do STF: “Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de *habeas corpus* impetrado contra decisão do Relator que, em *habeas corpus* requerido a tribunal superior, indefere a liminar.”

No caso, não visualizo, em juízo sumário, manifesta ilegalidade que autorize o afastamento da aplicação do mencionado verbete.

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, XIII, *c*, *c/c* o art. 210 do RISTJ, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 17 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS  
Presidente